CAPÍTULO I

A CRIANÇA E SUA CONTRUÇÃO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA

A construção histórica da criança enquanto sujeito social e sua representação na sociedade se deram a partir de relatos feitos por adultos. Diante disso, afirma-se que no início dos tempos modernos, a criança até os sete anos de idade não era considerada capaz de falar, e consequentemente também não era ouvida. Esta prática leva a acreditar-se que era devido ao sentido etimológico da palavra *infantia,* que significa incapacidade de falar.

De acordo com ROCHA (2002, p. 52) “a concepção de criança é vivida e apreendida a partir das construções feitas pelos adultos, nas quais, muitas vezes, a criança não pode discursar, defender-se ou falar sobre si mesma”. Neste sentido, confirma-se que essa história não era relatada pela própria criança, mas narrada por pessoas que conviviam com as mesmas. A autora aponta que o pesquisador Philippe Ariès contribuiu de forma significativa para a compreensão do conceito sobre a infância enquanto criança.

ARIÈS é considerado o precursor da história da infância, pois foi através de estudos realizados por ele, com várias fontes, como a iconografia religiosa e leiga, diários de família, dossiês familiares, cartas, registros de batismo e inscrições em túmulos, que surgem os primeiros trabalhos na área de história, apontando para o lugar e a representação da criança na sociedade dos séculos XII ao XVII. (2002, p. 53).

A criança era tratada como um objeto, não existia sentimento materno, muito menos a necessidade de cuidado ou respeito. Era comum nesta época entregar a criança para que outra família cuidasse, sendo devolvida após os sete anos de idade, caso a mesma sobrevivesse. Segundo ROCHA, de acordo com ARIÈS “as crianças eram jogadas fora e substituídas por outras sem sentimentos”... “Assim, as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade também era algo aceito com bastante naturalidade”. (2002, p. 55).

Embora a diferença entre criança e adulto seja destacada em vários aspectos, dentre eles o afetivo e cognitivo, não influenciou para que, no passado, a criança fosse tratada como adulto. Ao completar sete anos de idade, as crianças passavam a exercer funções e tarefas, assumir responsabilidades, participar de eventos, vivenciar práticas sexuais e se vestir como adultos, comprometendo todo o desenvolvimento enquanto crianças. De acordo com ROCHA (2002, p. 55) “isto ocorria porque não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças”.

O tratamento da criança era diferenciado de acordo com sua classe ou gênero, de modo que cada um se encarregasse de aprofundar na área que lhe pertencia. Deste modo, o menino branco de elite era bem educado, doutrinado, estudava em colégios e aprendia sobre como liderar, enquanto a menina branca aprendia os a fazeres ditos femininos, se preparando para cuidar da família e dos filhos, quando adulta. Por outro lado, a criança pobre ou escrava trabalhava e tinha que ser produtiva, aprimorando cada vez mais suas habilidades, seguindo os exemplos do pai trabalhador.

“As vivências da infância eram radicalmente diferenciadas, definidas pela sua inserção social, por pertenciamentos raciais e de gênero. Isso determinava diferentes processos e conteúdos de aprendizagem em instâncias distintas, o colégio, no caso da criança de elite, ou o trabalho, no caso da criança pobre ou escrava”. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2003, p. 14).

Para os autores “a criança participava das atividades coletivas de seu grupo social, através das quais exercia seu aprendizado para a vida adulta. O universo infantil não era destacado do universo adulto.” (2003, p. 13). Desde seu nascimento a criança levava uma vida pública, seguindo um ritual que garantisse a continuidade da família.

Por volta do século XIII, a criança era pública e considerada como parte da família que garantia sua continuidade. Na hora do seu nascimento, apesar de o parto acontecer em casa, local privado, este era assistido por várias mulheres das proximidades, o que tornava um ato público. Quando a criança começava caminhar, devia dar os primeiros passos em local público, preferencialmente onde repousassem seus ancestrais. (COSTA, 2000, p.2).

Mais tarde, surge uma mudança da família em relação à forma de tratar a criança, percebendo a necessidade de preservar a vida e saúde, bem como cuidar da sua educação, despertando o “sentimento de infância” de acordo com ARIÈS.

Neste contexto, COSTA cita que a Igreja e o poder público passaram a interferir na vida privada das famílias, propondo educação e formação adequada aos seus filhos, garantindo-lhes uma preparação para a vida social. (2000, p. 4).

Ao longo desse processo histórico, a concepção de que criança é diferente do adulto se deu com o advento da escola moderna, afirmando a necessidade de se aprofundar no conhecimento sobre a infância. A criança então passa a ocupar um lugar significativo na sociedade, sendo reconhecida como sujeito social, que possui sentimentos, desejos, vontades, se tornando elemento fundamental para compreensão do adulto. Rocha afirma que:

A preocupação da família com a educação da criança fez com que mudanças ocorressem e os pais começassem, então, a encarregar-se de seus filhos. Consequentemente, houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada atendendo à nova sociedade que emergia. (2002, p. 57).

Com este novo cenário, a psicologia infantil passa a buscar compreensão sobre a infância, de modo que esta explique as ações do ser humano enquanto adulto.

As investigações tradicionais da psicologia levaram a tornar absolutos e universais padrões de comportamento investigados numa determinada cultura e grupo social, transformando-os em padrões de normalidade, a partir dos quais cada criança será avaliada através de testes de desempenho padronizados. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2003, p. 15).

Os estudos da psicologia sobre a infância levaram a uma padronização do desenvolvimento e comportamento da criança, comprometendo aos demais que não se adequavam aos mesmos. Para CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES (2002, p. 15) “os manuais de desenvolvimento infantil irão descrever e classificar padrões de comportamento e conduta supostamente universais, associados a cada faixa etária, os quais constituirão a base da vida adulta”. Esses estudos foram baseados de acordo com uma pesquisa com um número reduzido de pessoas.

As investigações tradicionais da psicologia levaram a tornar absolutos e universais padrões de comportamento investigados numa determinada cultura e grupo social, transformando-os em padrões de normalidade, a partir dos quais cada criança será avaliada através destes testes de desempenho padronizados. (CARVALHOS, SALLES E GUIMARÃES, 2002, p. 15).

O desenvolvimento da criança não deve ser considerado padrão e universal, uma vez que esta cresce e evolui de acordo com meio em que se está inserida. Os autores ainda concluem que

Cada criança vive a experiência infantil no interior de uma determinada cultura que lhe dá significação.... Ou seja, os padrões de desenvolvimento são aí definidos pelo repertório de saberes, valores e práticas dados pela cultura, sendo impossível definir um padrão universal. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2002, p. 16).

Contudo, a construção histórica da especificidade da criança e a postura adotada pela família possibilitou considerar a mesma como sujeito social, conquistando seu espaço junto à sociedade, influenciando o surgimento das primeiras instituições educacionais, com o propósito de educar a criança conforme os padrões morais estabelecidos.

Nota-se que através da passagem dos tempos uma mudança na forma de ver a agir quanto a infância da criança, considerando que algumas situações ainda se mantém como, crianças ricas recebem educação de qualidade, enquanto as pobres ainda carecem de uma orientação de qualidade, gerando desde o inicio da vida uma desigualdade que poderá influenciar no futuro e comportamento das crianças.

LEIS

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, a educação infantil é a “primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas...” (2010, p. 12).

O estatuto da criança e adolescente, responsável pela proteção íntegra à criança e ao adolescente, lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, considera criança a pessoa até os 12 anos de idade.

O Estatuto da criança e do Adolescente – ECA foi um importante ponto de partida para a política da criança/adolescente como sujeito de direitos, como cidadã. Sua aprovação resultou de uma intensa atividade dos movimentos sociais em favor da criança e do adolescente, envolvendo grupos e instituições ligados ao Fórum Nacional de Crianças e Adolescentes e contando com apoio de vários setores relevantes da sociedade civil. Desde sua criação até agora, muitos passos foram dados. (ABRAMOVAY, 1999, p. 155).

O ECA trouxe avanços para a legislação brasileira, no entanto foram levantadas discussões acerca dessa lei,

O Estatuto da criança e do Adolescente – ECA foi um importante ponto de partida para a política da criança/adolescente como sujeito de direitos, como cidadã. Sua aprovação resultou de uma intensa atividade dos movimentos sociais em favor da criança e do adolescente, envolvendo grupos e instituições ligados ao Fórum Nacional de Crianças e Adolescentes e contando com apoio de vários setores relevantes da sociedade civil. Desde sua criação até agora, muitos passos foram dados. (ABRAMOVAY, 1999, p. 155).

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Editora LCT, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil/Secretaria de Educação Básica. -. Brasília: MEC, SEB, 2010.

COSTA, Márcia Rosa da. *INFÂNCIA – forma de conceber e tratar a infância.* Porto Alegre, 2000.

FRANCO, Márcia Elizabete Wilke. Compreendendo a Infância. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CARVALHO, Alysson. SALLES, Fátima. GUIMARÃES, Marilia . *Desenvolvimento e Aprendizagem.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex- UFMG, 2002.

REDIN, Euclides. Educação Infantil: construção da cidadania e prática pedagógica. In: Paixão de aprender, n. 7. Porto Alegre, Jun. 1994, p.48-53.

ROCHA, Rita de Cássia Luíz da. *História da infância: Reflexões acerca de algumas concepções correntes.* Guarapuava, 2002.

SALLES, Fátima e FARIA, Vitória. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. Editora Ática; 2012.

PRÉ-PROJETO TCC

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a alfabetização pode influenciar positiva ou negativamente no desenvolvimento da criança enquanto aluno. Portanto este trabalho busca apresentar as principais delas, analisando como essa prática tem se dado dentro do espaço escolar.

A alfabetização na educação infantil é de suma importância e deve acontecer de forma prazerosa, despertando o imaginário e a criatividade da criança, assim o lúdico, a música e o brincar entram como papel fundamental para o desenvolvimento da mesma, possibilitando vivenciar experiências que irão prepará-las para os anos iniciais do ensino fundamental.

De acordo com pesquisas e estudos, acredita-se que as práticas pedagógicas devem proporcionar momentos onde o aprendizado seja consequência desta ação. Com isso se faz necessário investir em estratégias

COSTA (2000, p. 4)

A criança passa a ocupar um lugar significativo na sociedade, sendo reconhecida como sujeito social, que possui sentimentos, desejos, vontades, se tornando fundamental para compreensão do adulto.